



O JORNAL “O SÃO GONÇALO” E OS REGISTROS DA POLITICA EDUCACIONAL FLUMINENSE (1963-1967)

Karyne Alves dos Santos¹

Profa. Dra. Lia Ciomar Faria de Macedo²

RESUMO

Este trabalho compartilha a investigação em andamento sobre a política educacional desenvolvida no município de São Gonçalo localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre os anos de 1963-1967. As fontes da pesquisa são as reportagens publicadas no impresso local, o jornal “O SÃO GONÇALO”, análise documental e bibliográfica. Os referenciais teórico-metodológico se fundamentam na micro história com os conceitos de *análise histórica* (BLOCH, 2001); *paradigma indiciário* (GINZBURG, 1989); *história* (NORA, 1993) e (NUNES, 2003), *escala de observação* (REVEL, 1998), *educação local* (FIGUEIREDO, 2001); *educação fluminense* (FARIA, 2006); *memória individual e coletiva* (XAVIER, 2007), *impressos e a história da educação* (LUCA, 2008); (MAGALDI; XAVIER, 2008). Trata-se de uma pesquisa em andamento sobre as políticas públicas de expansão educacional numa escala local e nacional a partir dos registros pelo impresso e suas reportagens e fontes históricas existentes.

Palavras-chave: educação fluminense, história da educação, impressos e educação

INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XIX, São Gonçalo era o “sertão carioca que merecia ser visitado, não só por suas belezas naturais, com os lugares aprazíveis, as fazendas, os engenhos, os oratórios e as paróquias. (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 65)

A cidade de São Gonçalo localizada no Estado do Rio de Janeiro teve seu processo de fundação iniciada a partir da ocupação das terras situadas nas margens opostas à Baía de Guanabara, mais especificamente “na região designada até meados do século XIX como Bandas D`Além” (TAVARES, 2003, p. 134).

O padre Raphael Bluteau (1712) define a palavra banda como: “parte ou lugar. De huma & outra banda” (BLUTEAU, 1712, p.29). As terras conhecidas como Bandas d`além, seriam as regiões localizadas à frente da província do Rio de Janeiro, separadas pela

¹ Professora da Rede Estadual do Rio de Janeiro; Doutoranda em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PROPED/UERJ – RJ, Email: karynealves586@gmail.com;

² Professora orientadora: Pós-doutora em Educação; Professora Associada do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PROPED/UERJ – RJ, E-mail: liafolia11@gmail.com



Baía, que abastecia a cidade fluminense, que funcionava como “local de passagem e escoamento de produtos comerciais” (FIGUEIREDO, 2010, p.65), e onde as fixações na região significavam manter a cidade fluminense protegida e, posteriormente, abastecida de gêneros alimentícios: açúcar, aguardente e frutas cítricas, dentre outros.

Com o processo de transformações políticas, sociais e culturais ocorrido após à vinda da Família Real no século XIX para o Brasil, as terras da Bandas d’ além se desenvolvem e aos poucos começam a serem desvinculadas e nomeadas. Dentre elas destaco a Vila Real da Praia Grande, que depois foi elevada à categoria de cidade, denominando-se Nictheroy, passando a ser a capital da Província do Rio de Janeiro; e a “antiga freguesia do Rio de Janeiro, nomeada por mais um dos santos de devoção dos portugueses São Gonçalo do Amarante” (Ibid, 2010, p. 64).

Atualmente, São Gonçalo é o segundo município mais populosos do Estado do Rio de Janeiro com uma população de 999. 728 mil pessoas (IBGE, 2010). É sobre esta cidade fluminense que investigamos os registros da política educacional entre os anos de 1963-1967, tendo como principal fonte histórica as reportagens publicadas no jornal local, o impresso *O São Gonçalo* – fundado no ano de 1931.

O uso da imprensa como fonte de pesquisa tem sido bastante utilizada nos meios acadêmicos, e a partir dos estudos realizados sabemos que vários “processos históricos ocorreram para que tivéssemos o jornal tipográfico” (FIGUEIRÊDO, 2010, p.52). No entanto, todos os processos assemelham se aos tempos atuais na necessidade da informação. Informação de todo tipo, seja cartas, e-mails, mensagens via rede social, jornais, reportagens, periódica ou não, temos a necessidade da informação. E é com esta intenção a qual os impressos trabalham: a ação de noticiar.

Com grande atuação jornalística na cidade de São Gonçalo na década de 60, apresentamos o jornal “*O São Gonçalo*”, impresso existente há quase noventa anos, criado no bairro de Neves com o compromisso de ser o “porta voz” das notícias locais. Fundado pelo tipografo Belarmino José de Mattos, começa a circular inicialmente “no formato tabloide, sendo semanal até o ano de 1952, e diário no ano de 1958 quando a imprensa adquiriu um maquinário mais moderno” (Ibid, 2010, p. 53).

Seu fundador atuou em diversas áreas como política, cultura e economia e ajudou a criar instituições diversas, como hospitais e ligas esportivas. O jornal foi fundado com ao objetivo que o impresso fosse “uma árvore imortal, árvore da inteligência, da vontade popular



e das aspirações públicas”. Ainda nas suas palavras, Belarmino queria dotar a cidade de “uma grande voz que falasse ao povo do município, aos nossos vizinhos do Brasil inteiro”.

Atualmente, o jornal pertence a uma instituição privada e educacional a Fundação Universo e é publicado diariamente em versão impressa e online. Nas salas da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO transformadas em arquivos, o/a pesquisador/a depara-se com centenas de exemplares antigos, encadernados bimestralmente em padrão offset e produzido com papel linha d’água em formato A.

Ao folhearmos as suas páginas, ainda que aleatoriamente, a leitura torna-se atenta a materialidade e cotidianidade ali impressas, o jornal como uma fonte histórica repleta de significados e disputas, afirmando seu papel como um agente social no tempo. Assim, a escolha do jornal como um agente social a ser estudado, apresenta um vasto campo de possibilidades de análises das forças políticas, sociais, educacionais e culturais da cidade, “numa perspectiva que individualiza e dota de especificidade um determinado contexto histórico” (LUCA, 2008, p.155).

O recorte temporal coaduna com o segundo mandato do Prefeito Joaquim de Almeida Lavoura que governou o município de São Gonçalo por três mandatos, e, quando candidato, visitava os loteamentos gonçalenses, prometendo investimentos públicos. De acordo com Flores (2008), “no segundo governo, Lavoura era a própria esperança. Ele havia feito algumas promessas e as cumpriria” (FLORES, 2008, p. 71), dentre elas uma política educacional voltada para a construção de Grupos Escolares nos loteamentos recém surgidos na cidade, conforme registros no jornal “*O São Gonçalo*”.

A criação das escolas ou Grupos Escolares eram vistos pela elite republicana como os “templos de civilização” (SOUZA, 1998, p. 16), escolas construídas pelo poder público onde era ministrado o ensino primário. As demandas da sociedade capitalista, industrializada e urbanizada exigiam trabalhadores escolarizados, função essa destinada aos Grupos Escolares.

Em algumas décadas o modelo foi adotado em todo o país, e em especial no município de São Gonçalo, que no auge do seu desenvolvimento econômico vivenciava o êxodo de trabalhadores das regiões Norte e Nordeste do Brasil, em busca de empregos. Ao ser considerada a “Manchester Fluminense” (TAVARES, 2003), necessitava de escolas cuja função principal, segundo Reznik, Gonçalves e Figueirêdo (2000), era a formação de trabalhadores para as indústrias.

A ascensão social por meio da escola foi desejada na cidade e no campo, sendo



vista como uma “promessa”, acompanhada da perspectiva “do desenvolvimento e igualdade”. Esta promessa tinha como fundamento a teoria do capital humano, na qual as despesas com a educação seriam um “investimento com retorno garantido em longo prazo” (CANÁRIO, 2008, p. 2).

Nos discursos políticos no início do século XX, eram comuns as propostas de construção de escolas, tal como no discurso proferido pelo então Presidente Getúlio Vargas: “é óbvio que, para instruir, é preciso criar escolas” (VARGAS, 1933 apud XAVIER, 2005). De acordo com Quaresma (2010), na década de 50 foram construídos 220 prédios escolares nos diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, os Grupos Escolares voltados para a instrução primária.

A iniciativa de abertura de Grupos Escolares se expandiu pelo interior fluminense, “a iniciativa não apenas era bem-vinda pela comunidade local, como também, os mais dotados de poderes políticos e econômicos colaboravam para sua abertura, ora cedendo terrenos, ora empregando dinheiro para as obras”. (RIZZINI & SCHUELER, 2014, p.880).

Com apoio popular para a construção de escolas em áreas periféricas ou rurais, muitos políticos locais utilizavam as construções como forma de propaganda política, marca presente nas práticas eleitoreiras no Brasil ao longo da nossa história. Assim, as escolas primárias, especialmente as do interior do país, se constituíram enquanto centros de assistência social e de irradiação da cultura fluminense e de valores cívicos, com seus “programas de ensino e atividades extraclasse, tais como pelotões de saúde, missões culturais, bibliotecas, clubes agrícolas, colônias de férias, teatro de marionetes e cinema educativo”. (Ibid, 2014, p. 883).

O direito à educação no ideal republicano se expressou na garantia de prédios escolares em todos os municípios fluminenses. No município de São Gonçalo, “foram construídos sete Grupos Escolares” (QUARESMA, 2010, p. 55) na década de 50. A expansão dos Grupos Escolares no município de São Gonçalo intensificou-se nos anos 60, a partir da expansão industrial no Estado e a necessidade da escolarização de trabalhadores, sendo central o papel da escola na sociedade capitalista e republicana.

Segundo Germano (2005), o “regime político excludente define um dos seus projetos de equalização social, produz um discurso de valorização da educação e transforma a política educacional numa estratégia de hegemonia, num veículo para



obtenção de consenso” (GERMANO, 2005, p. 104).

O regime político ao qual o autor refere-se foi o período ditatorial vivido no Brasil no período de 1964-1985, que teve efetiva participação das Forças Armadas, em especial do Exército, com a efetiva restauração da burguesia brasileira no comando da história política do país, profundamente marcado por: “continuidade, restaurações, intervenções, cesaristas, transformismo, exclusão das massas populares, autoritarismo” (Ibid, 2005, p. 53).

Com a tomada de poder pelo Estado Militar com apoio de grande parte da burguesia capitalista nacional e internacional, temos uma série de redefinições no contexto social, político e educacional brasileiro. No que pese a escola e o “uso da força e controle”, existia via educação uma possibilidade de manutenção da ordem, segurança e progresso nacional. E dentro desta perspectiva, a escolarização e qualificação atendiam plenamente as necessidades do capitalismo em voga na década de 60.

As políticas educacionais consideram o contexto nacional, onde a criação de escolas não apresentava apenas uma consolidação do direito à educação e democratização do conhecimento, como nos aponta Germano (2005):

Ela visa essencialmente, à reprodução da força de trabalho (mediante a escolarização e qualificação; à formação dos intelectuais (em diferentes níveis); à disseminação da “concepção de mundo” dominante (com vistas a contribuir para a legitimação do sistema político e da sociedade estabelecida). À substituição de tarefas afetas a outras atividades sociais, cujas funções foram prejudicadas pelo desenvolvimento capitalista (como, por exemplo: a adoção de creches como forma de possibilitar a permanência no mercado da força de trabalho feminina), além da evidente regulação dos requisitos necessários ao funcionamento do sistema educacional (GERMANO, 2005, p.101).

Desta forma, a qualificação via escola e a dominação da ideologia dominante sobre as classes subalternas são funções indispensáveis no sistema capitalista. A expansão da rede escolar atende a essas funções, ainda que necessárias ao acesso da população brasileira a democratização do ensino. Mas, em que condições?

Dentro deste contexto, a reflexão sobre a política educacional local e nacional, referencia-se em Cunha (1983), com uma política educacional de Estado como conjunto de medidas formuladas e implantadas pela sociedade política no que diz respeito ao “aparelho do ensino(propriamente escolar ou não) visando a reprodução da força de trabalho e dos intelectuais(em sentido amplo), a regulação dos requisitos educacionais e



à inculcação da ideologia dominante” (CUNHA apud GERMANO, 2005, p. 32).

São várias facetas de um mesmo projeto: educação para o trabalho e manutenção do status quo, que se inserem em contextos múltiplos inseridos no Brasil de muitos “Brasis”.

1.Referenciais conceituais

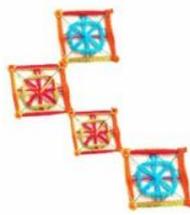
Os referenciais conceituais da investigação proposta, ancoram-se nas definições do “passado/presente” (NUNES, 1992) que busca ser lembrado; os conceitos de “história e memória” (NORA, 1993) e suas ambiguidades; a possibilidade da “decifração de pistas” (GINZBURG, 1989), a partir das fontes pesquisadas e a “microanálise e construção do social” (REVEL, 1998), onde a variação do objeto de pesquisa não modifica apenas o tamanho do fato em análise, mas altera as tramas em que se insere.

Segundo Revel (1998, p. 16), a abordagem micro-histórica é extremamente empírica e não constitui um corpo de proposições unificadas, nem uma escola, menos ainda uma disciplina autônoma, como muitas vezes se quis crer. Encontra-se, em suma, “vinculada aos diversos caminhos, obstáculos e incertezas de uma experiência de pesquisa” (REVEL, 1998). Por sua vez, esta abordagem possibilita que os processos sociais e históricos sejam desvelados em suas particularidades e relações, contribuindo para a produção de novos conhecimentos em variados campos do conhecimento.

De acordo com Schueler e Silva (2008), a micro-história tem “contribuído com investigações que envolvem análises circunscritas, voltadas para trajetórias individuais ou de grupos, em detrimento de uma história mais globalizante” (2008, p. 235). Assim, no campo da pesquisa educacional brasileira, um rico e fértil diálogo tem sido travado com as reflexões advindas da micro-história, em especial no que se refere à história local.

A história local e as possibilidades de interação entre o micro e o macro, podem revelar a escrita de *outras* histórias, que de certa forma, questionam e apontam uma rede de relações, articulando o local com o global. Nos estudos da educação local o aporte teórico apoia-se nas chamadas “primeiras vozes” institucionalizadas da educação gonçalense: ARAÚJO, Mairce; TAVARES, Maria Tereza Goudard; FIGUEIRÊDO, Haydée da Graça Ferreira; MARTA, HEES (1998), a partir do Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação: memória e história das Escolas de São Gonçalo.

Segundo as autoras a institucionalização do Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes



da Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro foram “o desejo de conhecer, de reconstruir a memória e a história da educação escolar gonçalense, de criar interfaces com as escolas e com os diferentes sujeitos escolares” (TAVARES, 2008, p. 21).

O Núcleo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, criado em 1996, contribui para a problematização do recorte do local, em suas diversas dimensões, e o município de São Gonçalo e a política educacional do 2º mandato do Prefeito Joaquim Lavoura, como escala de observação a ser utilizada.

Segundo Reznik (2002, p.4) ao considerar a abordagem sob o recorte da história local temos “um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis em que se trançam e constituem as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições”. É nos “indícios” (GINZBURG, 1989) que detalhes e pistas “aguardam” quem as queiram decifrar, “entrevê-se ao gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa” (Ibid, 1989, p. 154).

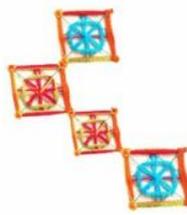
A “escala de observação” (REVEL,1998) busca a análise das interseções das relações sociais no âmbito nacional e local, historicamente construídas. Ao “reduzir para pormenorizar; ampliar para entrelaçar outras dimensões sociais envolvidas no estudo” (SCHUELER; SILVA, 2008, p. 240), o investigador amplia ou reduz seu objeto de pesquisa.

A investigação se propõe a investigar e trilhar alguns caminhos na *reconstrução/reconstituição da história local*, onde de acordo com Tavares e Torres (2005):

O/a pesquisador/a na reconstrução/reconstituição dos fatos históricos obriga-se a escolher um sem-número de pistas, fontes, marcas que o aproximem de seu objeto de estudo. E na medida que vai reconstruindo o passado, seleciona e ordena fatos que o induzem a aventurar-se na produção de uma verdade criada, imaginada, tecida pelas linhas tênues do tempo. Um tempo individual trabalhado em função de um tempo coletivo, social (TAVARES; TORRES, 2005, p. 5972).

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

A intencionalidade da pesquisa revela-se na medida que visa compartilhar as múltiplas histórias sobre as tramas da educação gonçalense, que se justifica mediante a



reflexão sobre as fontes e documentos encontrados. A expansão educacional nos municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, apresentam marcas e tramas de uma sociedade dicotômica: centro/periferia; educação pública/educação privada; escola/trabalho.

As consultas no acervo do *O SÃO GONÇALO* ocorreram a partir da escrita da dissertação de mestrado em educação, no ano de 2013, e em parceria com a Profa. Lia Faria, a pesquisa avança na medida que explora a riqueza registrada nas milhares páginas de jornais encadernados e guardados, “por si só falam”. No entanto, não basta apenas falar por si, minha intenção é interpretá-los num contexto mais amplo e restrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em andamento, esta investigação se insere na perspectiva de aprofundar à “produção de estudos sobre aspectos particulares da história da educação, tal como esta se manifesta nas diferentes regiões culturais do estado do Rio de Janeiro, ainda há muito para avançar”(XAVIER, 2009, p. 54).

Algumas questões para a investigação: *como se deu, a partir das reportagens publicadas, o processo de escolarização da população na região de São Gonçalo, atual 2º maior município em número de habitantes do Estado? Que relações foram estabelecidas em âmbito político, social e educacional? Como as escritas jornalísticas apresentavam os fatos históricos que ali iam sendo construídos? Qual foi a visão do Prefeito Joaquim Lavoura, considerado “mito político” no município, em relação a política educacional? Que grupos escolares foram construídos em seu segundo mandato como Prefeito? O que o jornal nos fala?? Como fala sobre a educação em meados da década de 60 em âmbito local?*

Abaixo, temos uma fotografia do acervo de uma das fontes da pesquisa.

Fotografia 1 – Acervo do *O SÃO GONÇALO*



Legenda: Arquivo do Jornal O SÃO GONÇALO
Fonte: A autora, 2014

Fotografia 2 e 3– Reportagens do *O SÃO GONÇALO*



Legenda: Reportagens publicadas no ano de 1961.
Fonte: A autora, 2014

Os documentos oficiais revelam uma pequena versão da história da educação local, e serão utilizados na pesquisa. Com análise dos registros históricos, documentos oficiais e reportagens jornalísticas da imprensa local, apresente, entendendo que “a memória preservada é condição fundamental para se ter a história legitimada” (XAVIER, 2007, p. 169).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Mairce; et al. Na reconstrução da memória escolar: pistas para a formação docente. In: *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação*. Uberlândia, 2006, p. 2053-2063.



_____; TAVARES, Maria Tereza Goudard; *Tecendo redes de extensão em São Gonçalo: o experiência do Vozes da Educação*. Interagir: pensando a extensão, Rio de Janeiro, nº16, jan/dez, 2011.

BLUTEAU, Rafael et al. Vocabulário Portuguez e latino (Volume 02: Letras BC). 1712.

CANÁRIO, Rui. A escola: das “promessas” às “incertezas”. In: *Educação Unisinos*. São Leopoldo: UNISINOS, 2008, n. 12, v. 2.

FIGUEIRÊDO, Haydée da Graça Ferreira de; TAVARES, Maria Tereza Goudard. Por que o local? In: FIGUEIRÊDO, Haydée da Graça Ferreira de (org). *Vozes da Educação: 500 anos de Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, DEPEXT, 2004.

_____. Haydée por Haydée. In: NUNES, Clarice. *Docência e Pesquisa em Educação na Visão de Haydée Figueiredo*. Rio de Janeiro: Litteris, 2010.

_____. Vozes da Educação. In: NUNES, Clarice. *Docência e Pesquisa em Educação na Visão de Haydée Figueiredo*. Rio de Janeiro: Litteris, 2010.

_____. Valorizando o Local: a educação gonçalense no século XIX. In: NUNES, Clarice. *Docência e Pesquisa em Educação na Visão de Haydée Figueiredo*. Rio de Janeiro: Litteris, 2010.

FLORES, Marilda dos Santos Monteiro das. *A Construção de uma História. Joaquim de Almeida Lavoura, o jornal e a Prefeitura*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2008.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

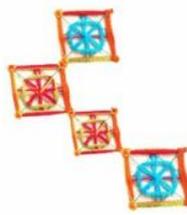
LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Educação e História: algumas reflexões teóricas*. Revista HISTEDBR On-line, v.11, p.1-15, 2003.

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos ARAÚJO, Mairce da Silva. *Histórias e Memórias das escolas de São Gonçalo: Diálogos entre cotidianos, práticas e formação docente*. In: XV Encontro Regional de História - ANPUH-RIO, 2012.

MOTTA, Márcia. *Pelas Bandas d além: Fronteiras fechadas e arrendatários escravistas (1808-1888)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1989.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, 1993.



NUNES, Clarice. *A reconstrução da memória: um ensaio sobre as condições sociais da produção do educador*. Caderno de Pesquisa, São Paulo, 1987, p. 72-80.

_____. *O Passado sempre Presente*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima. (org). *História e memória da escola nova*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Docência e Pesquisa em Educação na Visão de Haydée Figueiredo*. Rio de Janeiro: Litteris, 2010.

QUARESMA, Márcia da Silva. *As Escolas Praianas no Estado do Rio de Janeiro: o ideário republicano dos anos 50*. 2010. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. V.15 n° 45 set/dez/2010.

Revista do Município - São Gonçalo: 1º Centenário: 1890-1990; EDINAL, Editora Nacional de Revistas e Livros, ano III, n° 24; jun/90 - RJ.

REZNIK, Luiz.; GONÇALVES, Márcia de Almeida.; FIGUEIRÊDO, Haydeé. *Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local*. In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2000.

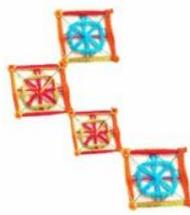
RIZZINI, Irma; SCHUELLER, Alessandra. *Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954)* R. Educ. Pública. Cuiabá, v. 23, n. 54, p. 877-896, set./dez. 2014

SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez; SILVA, José Cláudio Sooma. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. *Revista Brasileira de História da Educação*, v.8, n° 16, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização. Origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do Século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. *Os Pequenos e a Cidade: o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã*. 2003. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____.; TORRES, Rosane dos Santos.; HEES, Marta das Neves. *A Educação escolar gonçalense no Século XIX: nas marcas do passado, pistas para a compreensão do presente*. In: 15º Congresso de Leitura do Brasil, 2005, Campinas. Caderno de Resumos Campinas: ALB / UNICAMP, 2005.



_____. Percursos e movimentos: dez anos do *Vozes da Educação em São Gonçalo*. In: ARAUJO, Mairce (orgs). *Vozes da Educação: memórias, histórias e formação de professores*. Petrópolis: DP et Alii, 2007.

_____.; ARAUJO, Mairce. *Vozes da Educação: interfaces entre ensino-pesquisa-extensão na formação de professores*. Rio de Janeiro: Revista *Vozes em Diálogo* (CEH/UERJ) - nº1, jan-jun/2008.

_____. Por que estudar o local? A cidade como possibilidade de compreensão da história e da memória escolar gonçalense. In: XAVIER, Libânia; BONATO, Nailda Marinho da Costa (orgs). *A história da Educação no Rio de Janeiro: identidades locais, memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

XAVIER, Libânia Nacif. História da educação e história local. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo.; ALVES, Claudia.; GONDRA, José Gonçalves.; XAVIER, Libânia Nacif.; BONATO, Nailda Marinho da Costa (orgs). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

XAVIER, Libânia Nacif; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Impressos e história da educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.